

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR LITORAL  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE  
BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES

VINÍCIUS DA SILVA OLIVEIRA

**SEM LGBTI+ NÃO HÁ REVOLUÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DA FORMAÇÃO  
POLÍTICA DE LGBTI+ DE MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO, ÁGUAS E  
FLORESTAS DA VIA CAMPESINA BRASIL**

UFPR

2023

VINÍCIUS DA SILVA OLIVEIRA

**SEM LGBTI+ NÃO HÁ REVOLUÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DA FORMAÇÃO  
POLÍTICA DE LGBTI+ DE MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO, ÁGUAS E  
FLORESTAS DA VIA CAMPESINA BRASIL**

Artigo apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Educação do Campo e a Realidade Brasileira, Setor Litoral, da Universidade Federal do Paraná.

**Orientadora:** Ândrea Francine Batista

UFPR

2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR LITORAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E A  
REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS  
PENSADORES - 40001016329E1

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Monografia de Especialização de **VINICIUS DA SILVA OLIVEIRA**, intitulada: **SEM LGBTI+ NÃO HÁ REVOLUÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DA FORMAÇÃO POLÍTICA DE LGBTI+ DE MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO, ÁGUAS E FLORESTAS DA VIA CAMPESINA BRASIL**, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO**, com conceito **APL** no rito de defesa. A outorga do título de especialista está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 16 de Dezembro de 2023.

ANDREA FRANCINE BATISTA  
Presidente da Banca Examinadora

DAYANA BRUNETTO CARLIN DOS SANTOS  
Avaliador Externo (UFPR)

VANESSA FIORINI  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



Documento assinado digitalmente  
DAYANA BRUNETTO CARLIN DOS SANTOS RIBA  
Data: 28/12/2023 15:04:13-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>



Documento assinado digitalmente  
ANDREA FRANCINE BATISTA  
Data: 28/12/2023 10:27:10-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>



Documento assinado digitalmente  
VANESSA FIORINI  
Data: 28/12/2023 11:07:23-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

# DESEJO FÚRIA

(VINÍCIUS OLIVEIRA)

EU NÃO DESEJO PERFUMES E POEMAS EFÊMEROS OU O NEON E O GOZO TRIVIAL

**DESEJO FÚRIA!**

FÚRIA QUE TRITURA O AGRO-HIDRO-MINÉRIO-NEGÓCIO

FÚRIA QUE CEIFA O MACHISMO, RACISMO E A LGBTIFOBIA

FÚRIA QUE ENTERRA O CAPITALISMO, RACISMO E O PATRIARCADO

**DESEJO FURIOSAMENTE O FERVOR E O ORGASMO DA LIBERDADE!**



CARTAZ CAMPANHA PERMANENTE CONTRA LGBTI+FOBIA NO CAMPO

*POR NOSSAS LGBTI+ MORTAS NENHUM MINUTO DE SILÊNCIO,  
MAS TODA UMA VIDA DE LUTA!*



## 12 RESOLUÇÕES DA LIBERDADE SEXUAL (Coletivo LGBTI+ Via Campesina-Brasil)

### RESOLUÇÃO 01

Fica decretado que agora vale a verdade,  
agora vale a vida,  
e de mãos dadas,  
marcharemos todas, todos e todes sem distinção de  
raça, gênero, orientação sexual e identidade de  
gênero pela vida verdadeira, pela emancipação das  
várias dimensões humanas.

### RESOLUÇÃO 02

Fica decretado que o ser humano pode ser, viver e  
amar, sem medida, determinações sociais, culturais  
e políticas.  
Todes poderão ser verdadeiramente humanos, sem  
medo, sem culpa ou obrigações de servidão.

### RESOLUÇÃO 03

Fica decretado que, a partir deste instante.  
Nossos corpos serão libertos da exploração  
capitalista, para o amor, o gozo e a criatividade  
sendo o libido alicerce do novo.

### RESOLUÇÃO 04

Fica decretado, que o patriarcado não determinará  
mais gênero, nossos corpos, nossos prazeres e  
sexualidades. Sendo a heterossexualidade só mais  
uma das possibilidades de formas de relações  
sexuais e afetivas.

### RESOLUÇÃO 05

Fica decretado que nenhum ser humano é melhor  
que outro ser humano.  
E que todos poderão ser livres plenamente, sentir  
prazer,  
dar prazer sem culpa e sem obrigação.  
Parágrafo Único: Só não será permitido sem  
consentimento.

### RESOLUÇÃO 06

Fica decretado que o dinheiro  
não poderá nunca mais comprar  
o sol das manhãs vindouras.  
E os namorades não farão amor mercantil.  
A monogamia não será norma, e sim, uma das  
várias possibilidades de relações afetivas.

### RESOLUÇÃO 07

Por decreto irrevogável fica estabelecido  
o reinado permanente da justiça, igualdade e  
solidariedade,  
e a alegria e o amor será uma bandeira generosa  
para sempre desfraldada na alma, nos corações e  
corpos do povo.  
Parágrafo- único: Será permitido bordar pássaros na  
bandeira da pátria livre e rosas vermelhas na  
bandeira da revolução proletária.

### RESOLUÇÃO 08

Fica permitido partilhar o pão, o amor e prazer.  
Mas que sobretudo tenha  
sempre o quente sabor da ternura, afeto e  
cumplicidade e o gosto molhado de um beijo  
lésbico.

### RESOLUÇÃO 09

Fica permitido a qualquer pessoa,  
escolher suas vestes, roupas e  
uso do traje, ou não, sendo o corpo desnudo,  
uma das maiores belezas a se contemplar, respeitar  
e acariciar.

### RESOLUÇÃO 10

Fica decretado que a maior dor  
sempre foi e será sempre  
não poder dar amor a quem se ama  
e saber que é a água  
que dá à planta o milagre da flor.

### RESOLUÇÃO 11

Fica estabelecida, durante dez séculos,  
Que nenhum ser humano poderá ser subjugado,  
menosprezado, perseguido.  
Que o amor, sexo e afeto poder ser em duplas, trios  
e quantas pessoas couberem nessa coletividade em  
conexão.  
Parágrafo único: O prazer anal, fica livre para todes  
que tenha anus e penetrar não será restrito aos  
humanos que tenha pênis, sendo a língua, dedos e a  
criatividade um artifício para esse ato.

### RESOLUÇÃO 12

Fica decretado, por definição, que o amor devesse  
ser *libertário* – não sendo atravessado pelas relações  
de propriedade, de posse; um *amor igualitário* –  
que nos compreende como iguais em toda nossa  
diversidade de ser; um *amor arco-íris* – gay,  
lésbico, bissexual, heterossexual, ou contemplado  
em formas de existência que não cabem em  
denominações, mas vivido em toda sua explosão  
revolucionária; um *amor camarada/solidário* – que  
se realiza como prática cotidiana de construção da  
Revolução.

## RESUMO

Uma real transformação social terá pássaros coloridos bordados na bandeira da Pátria Livre. Este artigo objetiva trazer reflexões iniciais sobre os processos de formação política de LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais) no encontro dos Movimentos Sociais do campo, águas e florestas articulados na Via Campesina Brasil, reflexões postas em pesquisa de um fenômeno vivo em movimento. Mediante um olhar a de várias vivências, intercâmbios e debates coletivos, o presente trabalho objetiva elencar elementos históricos e possíveis chaves de reflexão sobre a pauta da Diversidade Sexual e de Gênero no interior da Via Campesina e provocar potencialidade e desafios para os movimentos. O trabalho está estruturado nas seções: A Via Campesina e a Diversidade Sexual e de Gênero; Corpo, Território e Diversidade Sexual e de Gênero; Soberania Alimentar e Relações Humanas Saudáveis; Potencialidades e desafios dos Movimentos Sociais da Via Campesina sobre a formação em Diversidade Sexual e de Gênero. A metodologia utilizada se pautou pela revisão bibliográfica, destacando formulações dos movimentos sociais do campo e pesquisa do tipo participante, pois quem o escreve faz parte do observado e refletido. Em tom de reflexão política desejo que as ideias trazidas aqui possam, em algum nível, contribuir na sistematização, proposição e/ou ação política buscando construir novas formas de relação humana e com a natureza. Procurando partir do olhar de uma LGBTI+ Sem Terra, indicamos algumas agendas que podemos assumir na construção de uma emancipação humana, anunciando que a revolução será LGBTI+ ou não será!

**Palavras-chave:** Formação política; Via Campesina Brasil; LGBTI+.

## RESUMEN

Una verdadera transformación social verá pájaros de colores bordados en la bandera de la Patria Libre. Este artículo tiene como objetivo traer reflexiones iniciales sobre los procesos de formación política de LGBTI+ (Lesbianas, Gays, Bisexuales, Travestis, Transexuales, Intersexuales) en el encuentro de los Movimientos Sociales del campo, aguas y bosques articulados en la Vía Campesina Brasil, reflexiones puestas en la investigación de un fenómeno vivo en movimiento. A través de una mirada desde diversas experiencias, intercambios y debates colectivos, el presente trabajo pretende enumerar elementos históricos y posibles claves de reflexión sobre la agenda de la Diversidad Sexual y de Género dentro de la Vía Campesina y suscitar potencialidades y desafíos para los movimientos. La obra se estructura en secciones: La Vía Campesina y Diversidad Sexual y de Género; Cuerpo, Territorio y Diversidad Sexual y de Género; Soberanía Alimentaria y Relaciones Humanas Saludables; Potencialidades y desafíos de los Movimientos Sociales de La Vía Campesina en la formación en Diversidad Sexual y de Género. La metodología utilizada se basó en la revisión bibliográfica, destacando formulaciones de movimientos sociales en el campo y la investigación de tipo participante, ya que quienes la escriben son parte de lo que se observa y reflexiona. En términos de reflexión política, espero que las ideas aquí presentadas puedan, en algún nivel, contribuir a la sistematización, proposición y/o acción política que busque construir nuevas formas de relación humana y con la naturaleza. Mirando desde el punto de vista de un LGBTI+ Sem Terra, indicamos algunas agendas que podemos asumir en la construcción de una emancipación humana, anunciando que la revolución será LGBTI+ ¡o no será!

**Palabras clave:** Formación política; Vía Campesina Brasil; LGBTI+.



## ABSTRACT

A real social transformation will see colorful birds embroidered on the flag of the Free Homeland. This article aims to bring initial reflections on the processes of political formation of LGBTI+ (Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites, Transsexuals, Intersexuals) in the meeting of the Social Movements of the countryside, waters and forests articulated in Via Campesina Brasil, reflections put in research of a living phenomenon in motion. Through a look from various experiences, exchanges and collective debates, this work aims to list historical elements and possible keys for reflection on the agenda of Sexual and Gender Diversity within Via Campesina and to provoke potentialities and challenges for the movements. The work is structured in sections: La Via Campesina and Sexual and Gender Diversity; Body, Territory and Sexual and Gender Diversity; Food Sovereignty and Healthy Human Relations; Potentialities and challenges of La Via Campesina Social Movements on training in Sexual and Gender Diversity. The methodology used was based on a bibliographical review, highlighting formulations of social movements in the field and participant-type research, as those who write it are part of what is observed and reflected. In terms of political reflection, I hope that the ideas brought here can, at some level, contribute to the systematization, proposition and/or political action seeking to build new forms of human relationship and with nature. Looking from the point of view of an LGBTI+ Sem Terra, we indicate some agendas that we can assume in the construction of a human emancipation, announcing that the revolution will be LGBTI+ or it will not be!

**Keywords:** Political formation; Via Campesina Brazil; LGBTI+;

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Ilustração 01</b> - Mesa “Libertar a terra, libertar os corpos, as sexualidades e identidades dissidentes .....	12
--	----

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> – Cronologia Coletivo LGBTI+ Via Campesina Brasil .....	07
--	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>01</b>
<b>01. A VIA CAMPESINA E A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO</b>	<b>03</b>
<b>02. CORPO, TERRITÓRIO E DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO</b>	<b>13</b>
<b>03. SOBERANIA ALIMENTAR E RELAÇÕES HUMANAS SAUDÁVEIS</b>	<b>17</b>
<b>04. POTENCIALIDADES E DESAFIOS DA VIA CAMPESINA BRASIL SOBRE A FORMAÇÃO EM DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO</b>	<b>19</b>
4.1 Desafios	20
4.2 Potencialidades	21
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>24</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>25</b>

## INTRODUÇÃO

Este artigo está sendo apresentado por mim, Vinícius, uma bixa não binária, Sem Terra e educadora que chega aqui impulsionada pelo desejo de romper as cercas que nos privam de ser, viver e amar, e que igualmente carrega consigo uma legião sedenta por transformação social.

Este artigo pretende fazer reflexões iniciais sobre os processos de formação política de LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais)<sup>1</sup> no encontro dos Movimentos Sociais do campo, águas e florestas<sup>2</sup> articulados na Via Campesina Brasil. Reflexões estas, fruto de uma pesquisa que não se encerra aqui, pois é um fenômeno vivo em suas manifestações iniciais, com limites e potencialidades.

Este é o intento de reconhecer a Diversidade Sexual e de Gênero (DSG) como uma pauta estruturante da luta camponesa como parte da classe trabalhadora que vai além de reconhecer a existência de LGBTI+ nas organizações, pois já está evidenciado que isso não basta. Desta forma, propomos reflexões para além de nossos corpos, e sim para todos os povos, do campo, água, florestas e cidades.

A partir de um olhar para várias vivências, intercâmbios e debates coletivos, o presente trabalho objetiva elencar elementos históricos e possíveis chaves de reflexão sobre a pauta da DSG no interior da Via Campesina (VC) e provocar potencialidade e desafios para os movimentos.

O trabalho está estruturado nas seguintes seções: A Via Campesina e a Diversidade Sexual e de Gênero, trazendo elementos históricos e as possíveis condições que encaminharam a presença da pauta supracitada nesse contexto da Via Campesina; Corpo, Território e Diversidade Sexual e de Gênero, refletindo as relações entre estes em ênfase na existência LGBTI+; Soberania Alimentar e Relações Humanas Saudáveis, fazendo o exercício de

---

<sup>1</sup> Ao longo do trabalho será visualizado em determinados momentos diferenças na sigla (LGBT, LGBTI, LGBTQIA+, etc.) que denotam diferentes fontes e momentos históricos, aqui usaremos em maioria LGBTI+ como opção e em consonância com o Coletivo LGBTI+ do MST.

<sup>2</sup> As populações do campo, da floresta e das águas são caracterizadas por povos e comunidades que têm seus modos de vida, produção e reprodução social, relacionados predominantemente com a terra e a água (e as florestas). Neste contexto, estão as/os camponesas/es, sejam elas/es agricultoras/es familiares, trabalhadoras/es rurais assentadas/os ou acampadas/os, assalariadas/os e temporárias/os que residam ou não no campo. Estão ainda as comunidades tradicionais, como as ribeirinhas, quilombolas e as que habitam ou usam reservas extrativistas em áreas florestais ou aquáticas, pescadoras e ainda as populações atingidas por barragens, entre outras. Fonte: <<https://saude.rs.gov.br/saude-da-populacao-do-campo-da-floresta-e-das-aguas>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

articulação e na impossibilidade de uma sem a outra; Potencialidades e Desafios dos Movimentos Sociais da Via Campesina sobre a formação em Diversidade Sexual e de Gênero, realizando provocações talvez em tom de manifesto dos e aos movimentos sociais e à sociedade de classes.

Da metodologia utilizada, recorreremos à revisão bibliográfica e à pesquisa documental, com destaque às formulações dos movimentos sociais do campo. Fundamentalmente, a pesquisa que dá origem a este trabalho é do tipo participante onde buscamos “[...] realizar a observação dos fenômenos, compartilhar a vivência dos sujeitos pesquisados, participando, de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades.” (SEVERINO, 2007, p. 120)”. O trabalho e quem o escreve fazem parte do observado e do refletido, pois fiz e faço parte dos espaços onde foram construídas as formações em diálogo com referências bibliográficas pertinentes.

Em tom de reflexão política desejo que as ideias trazidas aqui possam, em algum nível, contribuir na sistematização, na proposição e na ação política que busquem construir novas formas de relação humana e com a natureza. Buscando aqui, a partir do olhar de uma LGBTI+ Sem Terra indicar algumas agendas que podemos assumir na construção de uma emancipação humana. Anunciando que a revolução será LGBTI+ ou não será!



## 01. A VIA CAMPESINA E A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

A Via Campesina (VC) é uma articulação de movimentos populares camponeses, organizações de trabalhadoras/es assalariadas/os, movimentos indígenas, movimentos afrodescendentes como quilombos ou *palenques*, movimentos de pescadoras/es, e, movimentos de mulheres camponesas e indígenas (BATISTA, 2019). Foi fundada em 1992 inicialmente com 47 organizações e com objetivo de ser um instrumento de luta, conectando os movimentos a nível nacional, regional<sup>3</sup> e internacional, atualmente a VC é constituída por 182 organizações em 81 países distribuídos por 4 continentes, África, América, Ásia e Europa.

Na América Latina a Via Campesina Internacional (VCI) se une com a Coordenadoria Latinoamericana de Organizações do Campo (CLOC), sendo CLOC-VC. A centralidade deste trabalho se detém à VC Brasil, a qual é formada por 9 (nove) movimentos, sendo: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

Esta organização que reúne diversos movimentos em nível internacional conflui entre motivos e objetivos compartilhados a partir da experiência acumulada nos longos processos de expropriação e desterritorialização dessas identidades coletivas, e/ou da falta de políticas públicas que contemplem a melhoria das condições de vida nos territórios historicamente ignorados. Os conflitos agrários que se desdobram frente a estas condições têm características particulares em cada país ou região, e indicam até mesmo as características de cada movimento, mas têm uma questão que lhes é singular: a luta pela terra como condição de sobrevivência. (BATISTA, 2019).

Ao passo que a Via Campesina se fortalece internamente, com as organizações que vão chegando e acompanha um movimento de complexificação da luta pela terra e território na atual correlação de forças global, vai forjando uma plataforma de lutas mais complexa. Hoje suas frentes de luta se estruturam e englobam a luta pela terra, água, território, soberania alimentar, sementes camponesas, agroecologia, solidariedade internacionalista, justiça climática e ambiental, solidariedade com as/os trabalhadoras/es migrantes e assalariadas/os e

---

<sup>3</sup> Ao nos referirmos por regiões nesse contexto da Via Campesina, estamos falando de uma demarcação política-geográfica, sendo esta: África Central e do Oeste, África do Sul e do Leste, América Central América do Norte, América do Sul, Ásia do Sul, Ásia Sudeste, Ásia Oriental, Caribe, Europa, Regiões Emergentes.

direitos das camponesas e camponeses pelo mundo. E tem como principais enfrentamentos a luta contra as transnacionais, o agro-hidro-minério-negócio, o capitalismo, o livre mercado e o patriarcado<sup>4</sup>, pautas que se apresentam de distintas formas na realidade das organizações, regiões e países<sup>5</sup>.

Importante discorrer que já fica evidente que as pautas da VC vão para além da dimensão econômica, pois somente esta não contempla o enfrentamento aos nossos algozes. Conformer um projeto de sociedade que supere as relações de opressão e dominação estruturantes no atual sistema político-econômico (capitalismo), é fundante para construir relações saudáveis com a natureza e a vida. Com isso em vista, a VC vem articulando o debate da questão de gênero e fortalecendo a participação política das mulheres nos últimos períodos (VIA CAMPESINA-BRASIL, 2020).

A luta da VC contra o capital denuncia que este faz a transformação da terra, da água, dos recursos naturais e minerais em mercadoria, expulsa e massacra povos do campo e promove a criminalização dos movimentos sociais. Estas pautas devem também articular a luta contra o racismo e o patriarcado, pois o capitalismo se apropriou destas estruturas para garantir a sua reprodução e fortalecimento. Historicamente a escravização de povos indígenas e africanos foi essencial na acumulação de capital para a estruturação de uma burguesia nacional que se utilizou de argumentos biológicos, sociais, religiosos, étnicos e raciais para escravizar, explorar e desumanizar estes povos (VIA CAMPESINA-BRASIL, 2020).

O patriarcado fundamenta a dominação, exploração e opressão dos homens sobre as mulheres transformando-as em objeto e propriedade, garantindo o controle sobre seu trabalho produtivo e reprodutivo. O patriarcado também determina como a única forma válida de relação sexual e afetiva a heterossexualidade e defende que outras formas são erradas e devem ser combatidas (VIA CAMPESINA-BRASIL, 2020).

Olhando para as várias relações e confluências entre estas três grandes estruturas, o racismo, o patriarcado e a sociedade de classes, que se retroalimentam na formação social capitalista, é fundamental afirmar que não basta construir as lutas políticas anticapitalistas

---

<sup>4</sup> De acordo com a história semântica “Patriarcado vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem e comando). “[...] o patriarcado é literalmente a autoridade do pai”. O patriarcado é um sistema de dominação e opressão dos homens para com as mulheres, se ramificando em um entendimento de que tudo o que é construído como masculino é superior a tudo o que é construído como feminino. Numa perspectiva feminista seria a “formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens”. (DELPHY, Christina, 2009, P. 173).

<sup>5</sup> Mais informações sobre a Via Campesina: disponível em: <<https://viacampesina.org/es/>>. Acesso em: 04 jun. de 2023.

dentro dos movimentos sociais deixando secundarizado ou invisibilizado seus conteúdos antirracistas e antipatricarais, e aqui nos referimos à antimachista e antiLGBTI+fóbica.

Para que hoje possamos atrelar as pautas da Via Campesina com a pauta da Diversidade Sexual e de Gênero precisamos resgatar quais foram as condições que construíram este momento. As pessoas LGBTI+ sempre existiram nos movimentos sociais e sempre existiram na VC. Entretanto, o processo de visibilidade e de debate sobre a DSG não é homogêneo entre os movimentos do Brasil, nem internacionalmente. O que faremos aqui é indicar e caracterizar algumas condições que prepararam o caminho até aqui.

A primeira condição foi a **organização das mulheres** do campo em articulação internacional. Podemos destacar os movimentos como o MMC (Movimento de Mulheres Camponesas) e a CONAMURI (*Coordinadora Nacional de Organización de Mujeres Trabajadoras, Rurales e Indígenas*) que tem o protagonismo das lutas camponesas entrelaçando-as com a luta contra o patriarcado, ou o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que tem como pauta desde 2000 a participação igualitária das mulheres em todas as suas instâncias. Sua práxis organizativa projetou a luta contra o patriarcado de forma estrutural e estratégica na plataforma da Via Campesina Internacional, evidenciando a necessidade de que todas as organizações vinculadas a ela em debater e construir ações que materializassem a participação política igualitária das mulheres.

Fruto dessa práxis nasce a formulação do Feminismo Camponês e Popular<sup>6</sup> como síntese da discussão feminista para a realidade dos movimentos sociais camponeses, uma construção fundamentada na perspectiva de classe e revolucionária, buscando envolver todas e todos os sujeitos. Essa síntese é atrelada a uma longa trajetória de lutas que se expressam nas ações do 8 de março e nas campanhas de combate à violência contra as mulheres. Esta luta histórica contra o patriarcado, protagonizada pelas mulheres, abriu o roçado para que logo mais na história o arco-íris pudesse ser cultivado junto às margaridas.

A segunda condição foi a organização do **Coletivo LGBTI+ do MST**<sup>7</sup>. O MST<sup>8</sup> é um movimento social brasileiro fundado em 1984, que tem por objetivo a luta pela terra, pela

---

<sup>6</sup> Para saber mais indicamos a leitura do verbete: SEIBERT, Iridiani; GUEDES, Lizandra; MAFORT, Kelli. Feminismo Camponês e Popular. *In*: DIAS, Alexandre; et al (org). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. 1. ed. R.J.; S.P.: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2021. p. 409-417.

<sup>7</sup> Para maiores detalhes sobre a construção do Coletivo LGBTI+ do MST, sua história, sujeitos e a pauta da Diversidade Sexual e de Gênero na Reforma Agrária Popular ver: MARIANO, Alessandro; PAZ, Thaís T. (orgs.). **LGBT Sem Terra: rompendo cercas e tecendo a liberdade**. SP: Expressão Popular, 2019.; e, OLIVEIRA, Vinicius. **Cores, Lápis e Facão: Diversidade Sexual e de Gênero na Luta pela Terra e por Educação do Campo**. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza. UFPR-Setor Litoral, 2018.

<sup>8</sup> Para saber mais sobre o MST, acessar: <<https://mst.org.br/>>. Acesso em: 25 de junho de 2023.

Reforma Agrária Popular e por transformação social, e também é integrante da VC. As pessoas LGBTI+ sempre existiram no MST. Contudo, no percurso histórico do Coletivo precisamos destacar que o primeiro espaço organizado para discutir a pauta ocorreu em 2013 na regional Zumbi dos Palmares do MST no Ceará, através da realização de um seminário para debater a Diversidade Sexual e de Gênero no MST. Nesse caminho vale destacar também que durante o VI Congresso Nacional que ocorreu entre os dias 10 a 14 de fevereiro de 2014 em Brasília, entre as/os mais de 15 mil participantes a presença LGBT foi evidenciada, aparecendo pela primeira vez a bandeira colorida nas místicas de um Congresso. Estas ações deram visibilidade histórica, e a partir disso é possível afirmar que existem LGBTs Sem Terra.

É fundamental salientar também a realização do I Seminário Nacional “O MST e a Diversidade Sexual”, ocorrido de 7 a 9 de agosto de 2015, na Escola Nacional Florestan Fernandes em Guararema-SP, que contou com a presença de 35 LGBTs de 13 estados. Este encontro foi marcante no que se refere a um debate nacionalmente organizado, e nele foi elaborado um documento político para o MST reafirmando a Diversidade Sexual como uma dimensão importante na luta pela Reforma Agrária Popular. Um documento considerado uma sementeira para, a partir dali, brotarem diversas iniciativas de auto-organização das LGBTs do MST, estudo, elaboração de materiais, participação em atividades, articulação com movimento LGBT brasileiro, atividades internacionais dentre muitas outras. Até que, fruto de muito estudo, elaboração, debate e organização coletiva, em 2019 a Coordenação Nacional do MST ratificou o Coletivo LGBT como parte da instância organizativa do MST.

O Coletivo LGBTI+ Sem Terra teve muitos avanços nesta trajetória. Sendo o MST o maior movimento social da América Latina, rumo aos seus 40 anos, essa experiência se estende para além dele, tem também a responsabilidade de ampliar a pauta da DSG para outros movimentos sociais da Via Campesina, propondo uma unidade enquanto campo e classe trabalhadora. E é desta forma que o Coletivo vem fazendo nesses 8 anos, impulsionando a auto-organização das LGBTI+, a formação e a luta contra a LGBTI+fobia, conectando-se com outros movimentos para intercambiar experiências, e articulando as/os diversos sujeitos de várias organizações políticas.

O processo de auto-organização de LGBTI+ nos movimentos populares se dá em diferentes ritmos, pois a realidade, sua natureza e enfrentamentos é igualmente diversa. Em alguns movimentos temos coletivos organizados, em outros apenas algumas referências de LGBTI+ que se propõem a tocar a pauta. Este cenário, mesmo que assimétrico, tenciona para a construção do Coletivo LGBTI+ da Via Campesina-Brasil, que é resultado da terceira condição que relatamos a seguir.

A terceira condição é a **auto-organização** das LGBTI+. A auto organização foi fundamental para a constituição do Coletivo LGBTI+ da Via Campesina Brasil dentro de sua estrutura organizativa. Este coletivo é responsável estrategicamente por fortalecer a pauta da DSG nos movimentos brasileiros e caminha para impulsioná-la na plataforma da Via Campesina Internacional. Com isso, é possível considerar que este Coletivo se forjou a partir de vários passos dados internamente nos movimentos populares e na própria articulação entre eles.

Segue a síntese de uma cronologia que detalha as ações antes e após sua criação, de 2015 até 2022:

**QUADRO 1: CRONOLOGIA COLETIVO LGBTI+ VIA CAMPESINA BRASIL**

ANO	PERÍODO	AÇÕES QUE ACUMULARAM FORÇA NA CONSTRUÇÃO DO COLETIVO LGBTI+ DA VIA CAMPESINA BRASIL
2015	7 a 9 de Agosto de 2015	Realização do 1º. Seminário “O MST e a Diversidade Sexual”, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) em Guararema (SP), com a participação de 35 Militantes;
2016	25 e 26 de Junho de 2016	Realização do Curso de Formação Diversidade Sexual e Identidade de Gênero do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA/PB), na Casa Familiar Rural (Sede da ACAJAMAN), município de Alagoa Nova, estado da Paraíba, contou com o apoio da ONG LGBT do Brejo Paraibano;
2017	Julho de 2017	Durante a VII Conferência Internacional da Via Campesina, em Derio no País Basco auto-organizada pelas LGBTI+ presentes se constrói o primeiro espaço de debate sobre “diversidade de gênero e orientação sexual” com os movimentos participantes <sup>9</sup> ;
	04 de Outubro de 2017	Aconteceu a 1ª. Plenária Nacional da Diversidade Sexual do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), como parte da programação do 8º Encontro Nacional do MAB no Rio de Janeiro/RJ;
	Entre 30 de Outubro a 4 de Novembro de 2017	Ocorreu na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) em Guararema (SP) o II Curso de Formação Política para LGBT Sem Terra, com participação de LGBTs do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Movimento Camponês Popular (MCP) e Levante Popular da Juventude;
2018	17 a 20 de Outubro de 2018	Aconteceu o Curso para Militantes LGBT Sem Terra, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema (SP), com participação de Militantes do MST e convidadas/os do MAB e MPA;

<sup>9</sup> Este espaço se refere ao debate da diversidade mais no contexto europeu, decidimos manter aqui como uma iniciativa que criou uma “atmosfera inspiradora” para outras regiões. E para mais informações sobre este espaço ver no link disponível em: LA VÍA CAMPESINA. Campesinxs de La Vía Campesina inician el debate sobre la diversidad de género y de orientación sexual en el movimiento. *In: La Vía Campesina. Movimiento Campesino Internacional. Online: La Vía Campesina. Movimiento Campesino Internacional, 16 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/campesinxs-la-via-campesina-inician-debate-la-diversidad-genero-orientacion-sexual-movimiento/>>.* Acessado em 29 jun. 2023.

2019	24 a 23 de Setembro de 2019	Aconteceu na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) em Guararema (SP), o Seminário Nacional da Via Campesina, como foco na Estratégia. Neste seminário foi aprovada como linha de ação a organização do Coletivo de LGBTs na Via Campesina Brasil;
	15 a 18 de outubro de 2019	Aconteceu o Curso para Militantes LGBT Sem Terra, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema (SP). Na tarde do dia 17/09/2022 ocorreu a mesa Diversidade Sexual na Via Campesina, com a participação de convidadas/os do MPA, MAB, Coletivo Tibira;
2020	3 a 5 de Fevereiro de 2020	Ocorreu a reunião da Operativa da Via Campesina, com a participação de 2 representantes LGBTI e a aprovação da criação do Coletivo LGBTI da Via Campesina Brasil;
	12 de maio de 2022	Aconteceu a 1ª. Reunião Virtual do Coletivo LGBTI Via Campesina Brasil, com a participação do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Movimento Sem Terra (MST), Coletivo Tibira e Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ);
	Entre maio e outubro de 2020	Elaboração da Cartilha “Diversidade Sexual e de Gênero na Via Campesina: Rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo”;
	05 de Dezembro de 2020	Realização da Plenária Virtual das LGBTI da Via Campesina Brasil, com a participação de 80 pessoas. Ocorreu também o lançamento da Cartilha “Diversidade Sexual e de Gênero na Via Campesina: Rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo”;
2021	28 de maio de 2021	A Comissão Pastoral da Terra (CPT) lançou a 35ª edição do relatório conflitos no campo Brasil 2020, na qual consta o manifesto: As LGBTI+ do campo e a luta contra a LGBTIfobia, escrito pelo Coletivo LGBTI da Via Campesina Brasil;
	24 e 31 de Julho de 2021	Ocorreu virtualmente o 1º Seminário Diversidade Sexual e de Gênero na Via Campesina-Brasil, com a participação de 140 pessoas das diversas organizações da Via Brasil e representantes dos países: Paraguai, Argentina, Alemanha, Nicarágua, Equador e Colômbia;
	14 de Dezembro de 2021,	Aconteceu o Seminário Internacional de Formação sobre Diversidade Sexual e de Gênero na Via Campesina, com a participação de LGBTI+ do Brasil e dos continentes: Latino América e Caribe, Europa, Ásia, Norte América e África. <sup>10</sup>
2022	12 de abril de 2022	Aconteceu a plenária LGBTQIA+ indígena durante o 18º Acampamento Terra Livre (ATL) em Brasília/DF, tendo falas de LGBTI indígenas de várias etnias e povos;
	8 a 10 de julho de 2022	Em Porto Velho/RO, aconteceu a primeira edição do “Seminário de Diversidade Sexual e de Gênero da Via Campesina/RO”, com a participação de 60 pessoas;
	27 a 29 de setembro de 2022	Em Goiânia, aconteceu o 1º Seminário de Diversidade da Comissão Pastoral da Terra, com a participação de 40 pessoas, debatendo como avançar na inclusão da pauta da Diversidade Sexual e Identidade de Gênero e sobre o levantamento das violências por LGBTIfobia no campo;

<sup>10</sup> Para ver mais sobre esta importante atividade, que contou com uma expressiva participação internacional ver: LA VÍA CAMPESINA. El Seminario Internacional de la Vía Campesina: debate sobre la diversidad sexual y de género. *In: La Vía Campesina. Movimiento Campesino Internacional. Online: La Vía Campesina. Movimiento Campesino Internacional*, 17 de dezembro de 2021. Disponível em <<https://viacampesina.org/es/el-seminario-internacional-de-la-via-campesina-debate-sobre-la-diversidad-sexual-y-de-genero/>>. Acessado 29 jun. 2023.



	03 a 06 de novembro de 2022	A Via Campesina Brasil realiza o II Seminário Diversidade Sexual e Identidade de Gênero, com o tema “LGBTI+ La Via Campesina: Colorindo territórios e semeando orgulho e resistência!”. Cerca de 70 participantes se reúnem na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), Guararema (SP) que acolhe militantes de 8 movimentos populares do Brasil, e movimentos de mais 6 países da América Latina (México, Nicarágua, Colômbia, Peru, Paraguai e Argentina).
--	-----------------------------	---

FONTE: Coletivo LGBTI+ Via Campesina Brasil (2022), adaptação da autora.

Como podemos observar no quadro, um conjunto de ações internas nos movimentos, principalmente do MST, somado a atividades que articularam diferentes movimentos e a auto-organização das LGBTI+, acumularam forças para que em 2020 o Coletivo LGBTI+ fosse ratificado dentro da estrutura da Via Campesina Brasil. A partir desse momento houve um salto de qualidade na organicidade. Várias ações e atividades foram nacionalmente coordenadas envolvendo mais movimentos sociais e, assim, se fortalecendo.

Para seguir nossa análise sobre a pauta da DSG na VC precisamos destacar e comentar sobre mais 3 pontos na sua trajetória: 1) Plenária Virtual das LGBTI da Via Campesina Brasil; 2) I Seminário Diversidade Sexual e de Gênero na Via Campesina-Brasil; e 3) II Seminário Diversidade Sexual e Identidade de Gênero.

A Plenária Virtual das LGBTI da Via Campesina Brasil<sup>11</sup> ocorreu no dia 05 de dezembro. Contou com cerca de 80 pessoas dos movimentos populares que compõem a VC. Com o objetivo de discutir temas centrais como a luta contra a violência, o patriarcado e o agro-hidro-minério-negócio, e o lançamento da Cartilha “Diversidade Sexual e de Gênero na Via Campesina: Rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo”<sup>12</sup>, uma importante publicação que reúne textos que apresentam um mapeamento da luta LGBTI+ no Brasil e no mundo. Esta cartilha apresenta também reflexões sobre uma sexualidade camponesa com base na luta política construída pelos movimentos que constituem a VC. Além disso, ela se configura como um instrumento formativo e uma síntese do tempo histórico vivido, na medida em que define 10 tarefas da Via Campesina relacionada à pauta da DSG apresentadas a seguir:

1. Ampliar a compreensão dos camponeses e camponesas a respeito da intersecção entre capitalismo, patriarcado e racismo, compreendendo este como base da opressão

<sup>11</sup> Mais informações na matéria: MST. Via Campesina realiza II Seminário Diversidade Sexual e Identidade de Gênero. *In: MST Formação. Online: MST, 03 de novembro de 2022.* Disponível em: <<https://mst.org.br/2022/11/03/via-campesina-realiza-ii-seminario-diversidade-sexual-e-identidade-de-genero/>>. Acessado em 25 de jun. 2023.

<sup>12</sup> VIA CAMPESINA-BRASIL. **Diversidade Sexual e de Gênero na Via Campesina: Rompendo o Silêncio sobre a existência das LGBTI no campo.** Brasília: Via Campesina, Outubro de 2020. Disponível em: <[https://www.cptnacional.org.br/attachments/article/5462/PDF\\_CARTILHA\\_LGBTI\\_VIA\\_CAMPESINA.pdf](https://www.cptnacional.org.br/attachments/article/5462/PDF_CARTILHA_LGBTI_VIA_CAMPESINA.pdf)>. Acessado em 25 de jun. 2023.

- e exploração à qual a classe trabalhadora está submetida neste sistema, para assim travar lutas mais radicais (ir à raiz);
2. Possibilitar a ampliação da formação sobre sexualidade humana, no sentido de compreendê-la como dimensão da humanidade e a diversidade que se expressa em orientações sexuais (heterossexualidade, bissexualidade, [lesbianidade], homossexualidade, assexualidade) e nas identidades de gênero (homem, mulher, transexuais ou travestis);
  3. Proporcionar um projeto de campo e de sociedade com relações igualitárias de gênero, entre homens e mulheres e pessoas transexuais e não binárias;
  4. Assegurar a existência das LGBTI nas comunidades camponesas, para que possam viver na terra, produzir alimentos saudáveis e viver sem estigmas;
  5. Respeitar e assegurar o direito à livre vivência das diversas formas de ser e amar dos seres humanos, garantindo que estes possam constituir famílias entre pessoas do mesmo sexo, ou outras formas de núcleos e relações afetivas, tendo direito civis e sendo considerados sujeitos de direito à vida, a produzir e viver no campo;
  6. Respeitar e assegurar existência de travestis, assim como de homens e mulheres transexuais no campo e nas organizações, respeitando o uso do nome social e sendo tratado pelo gênero com o qual se identifica;
  7. Coibir práticas LGBTIfóbicas nas atividades da Via Campesina, bem como fortalecer a participação das LGBTI's com a constituição do Coletivo LGBTI da Via Campesina, estimulando a realização de escolas de formação de LGBTI e outros espaços de auto-organização destes sujeitos;
  8. Impulsar o debate sobre Diversidade Sexual e de Gênero também na CLOC e na Via Campesina internacional, a fim de integrar esta pauta na plataforma de luta global dos camponeses e camponesas.
  9. Avançar na compreensão e construção do feminismo camponês e popular, sendo nosso instrumento de luta feminista, popular, antirracista e antiLGBTIfóbico;
  10. Lutar contra a criminalização da homossexualidade, [lesbianidade], bissexualidade e transexualidade no mundo, agregando na luta camponesa o respeito a toda a forma de ser, viver e amar do gênero humano. (VIA CAMPESINA-BRASIL, 2020, p. 41-43).

Estas tarefas propostas não são estáticas e imutáveis, correspondem a um tempo histórico, a uma conjuntura política e à realidade das particularidades dos movimentos que são bem diversas. Elas demonstram desafios que devem ser enfrentados coletivamente e que, ao passo em que refletimos, devem fazer parte da estratégia da luta dos povos do campo, águas e florestas em defesa dos seus territórios, do seu povo e pela transformação da sociedade.

O segundo ponto na trajetória do Coletivo LGBTI+ da Via Campesina que destacamos é o I Seminário Diversidade Sexual e de Gênero na Via Campesina-Brasil que ocorreu entre os dias 4 e 31 de julho de 2021, virtualmente devido a pandemia de COVID-19. Com a participação de 140 pessoas de diversas organizações da Via Brasil, e representantes de países como Paraguai, Argentina, Alemanha, Nicarágua, Equador, Colômbia<sup>13</sup>, a atividade teve por

---

<sup>13</sup> Participaram o I Seminário integrantes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), Comissão Pastoral da Terra (CPT), e a representações da Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC) e da Coordenação Europeia da Via Campesina (ECVC), o seminário também

objetivo refletir sobre os desafios da luta pelo território, pela terra e por soberania alimentar. O seminário contribuiu para uma leitura comum sobre a atual conjuntura e os impactos desta na vida das LGBTI+.

O terceiro ponto de destaque nesta trajetória é a realização do II Seminário Diversidade Sexual e Identidade de Gênero<sup>14</sup>, com o tema “LGBTI+ La Via Campesina: Colorindo territórios e semeando orgulho e resistência!”. Cerca de 70 participantes se reuniram na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) em Guararema (SP) entre os dias 3 a 6 de novembro de 2022. Este seminário acolheu militantes de 8 movimentos do Brasil e de mais 6 países da América Latina (México, Nicarágua, Colômbia, Peru, Paraguai e Argentina). Dentre as discussões da atividade constaram os desafios dos povos do campo, das águas e das florestas na construção de um projeto de campo com produção de alimentos e relações humanas saudáveis; saúde LGBTI+; patriarcado, racismo e capitalismo e o desafio da luta decolonial, não binária e anti-LGBTIfóbica na América Latina; Território, orgulho e resistência LGBTI+ no campo; orientação sexual, identidade de gênero e interconexões com a luta de classes.

O segundo seminário demonstrou a capacidade organizativa do Coletivo LGBTI+ da Via Campesina e a grande potência nas intersecções das identidades do campo, águas e florestas dentro de movimentos sociais articuladas à identidade LGBTI+. Demonstrou também a capacidade para elaborar sínteses e traçar estratégias num horizonte latino-americano e internacionalista para avançar contra a LGBTI+fobia, e na pauta da DSG numa perspectiva emancipatória e revolucionária. O seminário ecoou com vozes de todas as cores o grito “Sem LGBTI+ não há Revolução!”.

---

teve entre as organizações convidadas a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), fonte: Memória interna do Coletivo LGBTI+ Via Campesina-Brasil.

<sup>14</sup> Mais informações na matéria: MANZI, Mário. Seminário Internacional da Via CAMPESINA Brasil: debate diversidade sexual e identidade de gênero. In: **MST**. *Online*: MST – LGBTI+, 09 de novembro de 2022. Disponível em: <<https://mst.org.br/2022/11/09/seminario-internacional-da-via-campesina-brasil-debate-diversidade-sexual-e-identidade-de-genero/>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

**Ilustração 01** - Mesa “Libertar a terra, libertar os corpos, as sexualidades e identidades dissidentes: Patriarcado, racismo e capitalismo e o desafio da luta decolonial, não binári[e] e anti-LGBTIfóbica na América Latina” no II Seminário Diversidade Sexual e Identidade de Gênero.



Fonte: Coletivo LGBTI+ Via Campesina (2022).

A partir do II Seminário e das articulações internacionais com outros militantes da Via Campesina Europa e América do Sul, representantes do Coletivo LGBTI+ do Brasil participaram da Assembleia da Coordenação geral da CLOC (Coordenadoria Latino-americana de Organizações Camponesas) em Cuba em novembro de 2022. O objetivo desse espaço foi socializar e trabalhar a importância da DSG na plataforma da Via Campesina e pensar como contribuir coletivamente nos movimentos em nível internacional. O resultado desse espaço, além de formativo, foi a constituição do Coletivo LGBTI+ na América do Sul, dando um salto de qualidade organizativa. Em decorrência desta definição, o Coletivo foi convidado a participar da VIII Conferência Internacional da Via Campesina, que ocorrerá no período de 1º a 8 de dezembro de 2023, em Bogotá na Colômbia.

Na conferência será apresentado um documento em construção que apresenta a importância da pauta da Diversidade Sexual e de Gênero na plataforma da Via Campesina Internacional, buscando zelar as diferentes compreensões e referências culturais e políticas, pois em muitos países é crime ser LGBTI+. Será a primeira vez que essa pauta será discutida numa conferência desta importante articulação internacional de organizações camponesas.

A potência que se anuncia com essa projeção, mesmo carregada de muitos desafios, indica que há cada vez menos armários para retornar, pois cada vez mais mediante processos

formativos, encontramos acolhimento das pessoas LGBTI+ dentro dos movimentos populares que compõem a Via Campesina. Estas organizações têm percebido que não há contradição entre a luta pela terra, território, Soberania Alimentar e poder ser e amar livremente.

A seguir apresentamos duas seções que, muito brevemente, se propõem a refletir sobre duas chaves que viemos observando importantes na compreensão sobre o papel da Diversidade Sexual e de Gênero na plataforma da Via Campesina, a primeira sobre a relação corpo e território e a segunda sobre a soberania alimentar e relações humanas saudáveis.

## 02. CORPO, TERRITÓRIO E DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Assim como a planta que para se desenvolver precisa de solo fértil, as reflexões deste artigo também vêm de uma conjuntura na qual eclodem ideias que rompem o chão. Como a letra da música de Francisco, El Hombre diz, “uma flor rasgou a rua, desafiando a inércia cinza do ódio”<sup>15</sup>, anunciando fissuras nas ordens que nos prendem. Do mesmo modo as reflexões aqui partem do chão que pisamos, do território.

Não é possível falar de movimentos sociais descolados do debate de território, pois todas as pautas de luta se remetem a um território, seja de uma comunidade específica, ou várias comunidades articuladas e coordenadas em nível nacional ou internacional. Podemos exemplificar com a luta pelo reconhecimento de uma comunidade quilombola, ou o acesso de uma determinada Terra Indígena à saúde, ou ainda a luta pela Reforma Agrária Popular como um projeto de campo e sociedade, por sua vez, articulado nacionalmente. Outros exemplos que poderíamos apresentar, seja de povos já territorializados, ou de povos em luta pela territorialização, sempre remetem à essa chave corpo-território.

Para compreender as relações que existem nesta expressão corpo-território, recorreremos a uma análise de Milton Santos (2007) que afirma:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. **O território usado é o chão mais a identidade.** A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2007, p. 14).

---

<sup>15</sup> Música Como una flor de Francisco, El Hombre canta sobre uma crítica ao modo máquina de funcionamento do nosso corpo e anuncia a flor subversiva que deve rasgar e nos permitir humanidade. Disponível em <<https://music.youtube.com/watch?v=ESxudIx8Ho>>.



Desta forma, devemos olhar o território para além de um determinado espaço geográfico ocupado, e identificar o que de humano está intrínseco, a cultura, a identidade e as relações estabelecidas ali. Como indica Bernardo Mançano Fernandes, o território é uma totalidade<sup>16</sup>, ou seja, separar o que lhe compõe pode limitar a análise de sua dinâmica.

Quando a Via Campesina aponta que a luta pela terra é luta por território, indica uma série de conflitos que são vivenciados pelos sujeitos do campo no âmbito da Questão Agrária. Para nosso caminho de reflexão percorrido neste trabalho, é fundamental nos perguntar: que tipo de território estamos constituindo no contexto de nossas lutas?

O território é a materialidade onde o povo se constitui, onde ele existe, produz e reproduz a sua existência, seja ele uma comunidade, ou um movimento social camponês, indígena, quilombola, ou ainda urbano. Pensar território e pensar povo não podem estar descolados. E, para pensar povo devemos nos remeter a todas as suas dimensões e em toda sua diversidade. Desta forma, dimensões humanas como o gênero, a sexualidade, a raça e etnia não podem estar desgarradas. Elas são estruturantes na composição do território, pois dizem respeito a como se dão nossas relações sociais no espaço vivido e para além deles.

Na atual complexidade da forma societária capitalista, e dos conflitos agrários que dela decorrem, a luta por terra-território, ou a luta terra-povo-território, deve garantir a pauta LGBTI+, feminista e antirracista no movimento cotidiano de territorialização, pois não basta alterar somente no campo político e econômico, se o que se busca configurar é a emancipação humana em sua totalidade.

Débora Gomes Lima (2021), integrante da CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) traz uma síntese importantíssima num de seus depoimentos, indicando que em se tratando de território e as relações sociais que nele se estabelecem a partir da luta, é importante considerar de que “não há territórios livres com corpos presos”<sup>17</sup>. Ela reitera que numa primeira camada corpo e território mantém uma relação umbilical, e numa segunda camada, a liberdade plena do território está condicionada à liberdade do corpo do povo.

---

<sup>16</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de Territórios. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). *Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos*. 1ª. ed. SP: Expressão Popular, 2009. Disponível em: <<http://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/TIPOLOGIA%20DE%20TERRITORIOS/LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf#page=197>>. Acessado em: 21 de jun. 2023

<sup>17</sup> Fala feita no primeiro Seminário Diversidade Sexual e de Gênero Via Campesina/Brasil “LGBTI La Via Campesina: Colorindo territórios e semeando orgulho e resistência!” ocorrido nos dias 24 e 31 de julho de 2021 - das 14h às 17h30 (horário de Brasília) pela plataforma do Zoom.



Considerando que terra e território, e, território e povo não se dissociam, podemos aprofundar no mesmo sentido nossa reflexão, de que corpo e território também não. Nesse sentido, nosso corpo pode ser entendido como nosso território. Um território em constante disputa, território camponês, negro, pescador, indígena e também LGBTI+. É nesse corpo-território onde está a materialidade dos nossos sexos, gêneros e orientações sexuais, onde experienciamos o mundo através dos sentidos, onde sentimos a opressão, a dominação e exploração oriundas do sistema capitalista e patriarcal, e fundamentalmente é com tal corpo que lutamos. Somos corpos e sujeitos que confluem a luta pela liberdade da terra, do território, da soberania alimentar e do amor.

O processo de acumulação primitiva - condição necessária para o estabelecimento do sistema capitalista - para seu sucesso impôs uma separação do corpo do sujeito, conformando a “máquina-humana”, destituindo ou limitando os seus ciclos naturais, modo de vida, significados, crenças, etc., desumanizando o povo para se adequar à crescente lógica de produção. Constituiu-se como o principal salto tecnológico desse desenvolvimento, um passo essencial no desenvolvimento das forças produtivas no período de acumulação primitiva. Assim podemos indicar que, a primeira máquina produzida pelo capitalismo não foi o relógio tampouco a máquina a vapor, foi o corpo (FEDERICI, 2017).

Focando nessa leitura histórica podemos visualizar que a alienação ao próprio corpo não é natural ou um acaso, é parte de um projeto de exploração, que deve se utilizar de todo mecanismo para condicionar e “domar” o corpo humano. Os corpos que não se adequam ao trabalho são marginalizados, perseguidos, patologizados e/ou eliminados, assim como um produto defeituoso na linha de produção é descartado. Lógico que esse processo é massivo e ao passo que caminhamos no tempo esse disciplinamento passa a ser entendido como natural, e como parte de um amplo processo de alienação, reiteradamente passa a ser mantido pelos próprios dominados, renovando o ciclo da dominação.

Assim, como nos foi expropriada a terra, nos foi expropriada a consciência da vastidão dos nossos corpos, reduzindo-os a um recipiente onde se faz o depósito de demandas e o saque da força de trabalho. Esvaziar gerações de trabalhadoras/es da sua conexão com o corpo, sua multiplicidade, sua relação com a terra e o território, torna a exploração capitalista mais fácil. Homogeneizar toda uma classe ocorre antes do estabelecimento da monocultura, hoje expressa na forma do agronegócio.

A classe trabalhadora é idealizada como uma abstração, um sujeito universal masculino, branco, cisgênero e heterossexual; sem diversidade de sexualidade, raça, etnia, dentre outros marcadores sociais da diferença. Entretanto, pelo contrário, é nela que explode a

diversidade de toda a ordem. Ao mesmo passo, por essas marcas diversas é discriminada dando condições estruturais e no seu interior que criar outras camadas de opressão, dominação e exploração. Por exemplo, um homem e uma mulher da classe trabalhadora sendo explorados num corte de cana: o homem ainda se beneficia pela estrutura patriarcal da sociedade capitalista recebe mais pelo trabalho do que uma mulher, a qual muitas vezes ainda passa por situações de violência doméstica. Outro exemplo emblemático é que ao se candidatar a uma vaga de emprego, com as mesmas qualificações, a mulher branca ser contratada e a negra não, explicitando situações de um racismo estrutural e enraizado na sociedade brasileira. Outro exemplo é a diferença abismal em todo processo do trabalho com pessoas trans, sapatão e bichas, especialmente as pretas, sendo expulsas das escolas e passando pela negativa de trabalho na candidatura a vagas de emprego - evidenciando assim, a LGBTI+fobia.

Olhando para os movimentos sociais do campo e para a classe como um todo, é necessário combater a compreensão de que a classe trabalhadora é homogênea, e ao mesmo tempo provocar algumas perguntas, tais como: o que precisamos superar enquanto trabalhadoras/es para feminilizar, enegrecer, e translesbiviadecer a classe? Quais são os corpos que a classe trabalhadora precisa constituir? Quais são as novas relações humanas e com a natureza que precisamos construir?

Não pretendemos aqui solucionar tais perguntas, mas sim colocá-las em questão. Pois reconhecer a Diversidade Sexual e de Gênero como estruturante na luta vai além de reconhecer a existência de LGBTI+ nas organizações. Já evidenciamos que isso não basta, e propomos reflexões para além de nossos corpos, e sim para todas as companheiras e todos os companheiros.

Quando afirmamos a expressão “translesbiviadecer”, nos referimos ao reconhecimento da existência para além da cisgeneridade e da heterossexualidade no interior da classe/movimento. Não nos referimos a um processo compulsório de imposição de identidade gênero e orientação sexual - isso é feito pelo patriarcado e pelo heterossexismo<sup>18</sup> a milênios, e

---

<sup>18</sup> A heterossexualidade é uma exigência do patriarcado, se conformando um sistema, já o heterossexismo, sendo um pilar do primeiro, significa para Welzer-Lang (2000): “[...] a promoção incessante, pelas instituições e/ou indivíduos, da superioridade da heterossexualidade e da subordinação da homossexualidade. O heterossexismo organiza o modo pelo qual homens e mulheres vivem a sua sexualidade e, portanto, é um dos pilares fundamentais das relações patriarcais de gênero (WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Tradução de Miriem Pillar Grossi, *In: Estudos Feministas*, 2000. p. 460-482). Em Borrillo (2010, p.31), “A heterossexualidade aparece, assim, como o padrão para avaliar todas as outras sexualidades. Essa qualidade normativa – e o ideal que ela encarna – é constitutiva de uma forma específica de dominação, chamada heterossexismo, que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior”. E mais adiante prossegue “[...] em função da categorização e naturalização dos papéis sexuais, fica evidente a heterossexualidade como o único modelo legítimo de sexualidade, já que o sexo também é um produto do sistema político-econômico, social e ideológico, construído e fundamentado

sim a refletir sobre o que a existência lésbica ou trans, por exemplo, tem a nos dizer quanto à construção da minha sexualidade, afetividade e as normativas de gênero e sexualidade.

Quando nos colocamos como militantes dentro de movimentos sociais em luta por território, especialmente na realidade camponesa, buscamos mirar nosso horizonte para transformações radicais na sociedade, imbuir nossa prática cotidiana de superação da sociedade de classes e todas as formas de opressão a ela vinculadas. Esse desafio passa por um processo de modificação de estruturas muito antigas, que foram recriadas e fortalecidas na nossa realidade concreta deste tempo histórico. Passa também por compreender a articulação simbiótica entre capitalismo, patriarcado e racismo, e seus desdobramentos na construção da nossa afetividade. Passa fundamentalmente por repensar as masculinidades e as feminilidades, a sexualidade, as subjetividades e as relações sociais entre nós.

### 03. SOBERANIA ALIMENTAR E RELAÇÕES HUMANAS SAUDÁVEIS

Numa primeira impressão, Soberania Alimentar nos remete a acesso a alimentação, contudo esse conceito vai para muito além disso. Pretendemos aqui sinalizar que há uma conexão umbilical entre esta pauta estruturante da Via Campesina e a construção de relações humanas saudáveis.

Inicialmente precisamos diferenciar Soberania Alimentar de Segurança Alimentar, que por sua vez é uma política pública de ordem governamental sobre o direito à alimentação, que não dá conta de olhar para quais tipos de alimentos estão sendo produzidos, nem mesmo sob quais relações de trabalho, e processos de distribuição. Podemos dizer que, como contraponto, está a Soberania Alimentar.

Segundo Islandia Bezerra (2021):

A soberania alimentar é uma definição que se originou no movimento da Via Campesina [...], mais especificamente em 1996, e foi referendada no Fórum Mundial de Soberania Alimentar, em 2001. A sua proposta nasceu como uma estratégia de enfrentamento às políticas neoliberais, nas quais predomina o poder decisório das grandes corporações do sistema agroalimentar mundial, que, por sua vez, impõem aos países uma série de medidas que fragilizam (e muitas vezes acabam com) a autossuficiência dos povos. Atrelado a isso, essas políticas também atuam para a diminuição do papel regulador do Estado. A Via Campesina possibilita o debate da soberania alimentar, em âmbito global, como legítimo e necessário. No contexto

---

na crença da diferença entre os sexos para justificar a opressão patriarcal das mulheres pela dominação dos homens. Todavia, esta ideologia é funcional à divisão sexual do trabalho e, a partir desta estrutura social biológica naturalizada, a continuidade da propriedade privada não será afetada.” (BORRILLO, 2010, p.96). BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. (tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

neoliberal, essas macropolíticas destroem a natureza, dizimam e expropriam povos originários, comunidades tradicionais e comunidades pesqueiras dos seus territórios e também comunidades rurais. Esses resultados, por sua vez, reverberam nas cidades, nos médios e grandes centros urbanos, e influenciam diretamente as práticas de produção e o consumo de alimentos (BEZERRA, 2021, p. 714).

Neste contexto não se apresenta como um mero conceito, mas uma luta complexa sujeita a disputas políticas intensas. Desta forma, a Soberania Alimentar interroga a produção do alimento e as relações na produção alimentar, anunciando a necessidade de se olhar o processo mais minuciosamente. Buscando uma síntese, a Via Campesina Internacional (2021) afirma que:

A Soberania Alimentar é o direito dos povos de definir suas próprias políticas agropecuárias e de alimentação, bem como de proteger e regulamentar a produção agropecuária e o mercado nacional objetivando alcançar o desenvolvimento sustentável. [...] a soberania alimentar não nega o comércio internacional, porém defende a opção de formular políticas e fomentar práticas comerciais que sirvam aos direitos das populações, disponibilizando métodos e produtos alimentícios inócuos, nutritivos e ecologicamente sustentáveis. (VIA CAMPESINA INTERNACIONAL, 2001).

Islandia Bezerra (2021), indica que:

Posteriormente, em 2007, na Declaração de Nyéléni, documento final do Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, realizado em Mali, tem-se uma complementação “[...] a soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo” (Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, 2007) (BEZERRA, 2021, p. 714).

Olhando com essa lente, passa pela Soberania Alimentar o direito dos povos a não somente o alimento, mas sim a alimentos saudáveis produzidos com outras relações entre natureza e seres humanos. Nesse raciocínio, o Feminismo Camponês e Popular vem trazendo contribuições há algum tempo afirmando que não é possível pensar na produção de alimentos sem questionar profundamente as condições em que são produzidos.

Repensar as relações humanas com a natureza, envolve reestabelecer novas formas de cultivo da terra para a garantia da Soberania Alimentar. Fernandes e Schwendler (2015) *apud* Zanotto (2017) dissertam:

Fernandes em seu texto pergunta: porque será que a soberania alimentar nasceu da Via Campesina e não das corporações? Encontra como resposta na própria significação das palavras agriCULTURA e agroNEGÓCIO. Quem produz pensando em transformar a alimentação em negócio não pode propor soberania alimentar, porque esta é mais importante que a riqueza individual, porque um povo soberano é

livre, como dizem os movimentos organizados, e um povo livre não precisa de ninguém que lhes garanta sua existência, porque cada povo se constrói a partir de sua soberania. Ainda em Fernandes, “Porque para produzir alimentos é preciso terra – território. Assim a territorialidade da terra transforma o alimento em território. Para se ter alimento é necessário ter território”. (Idem, p. 14) por isto os capitalistas recusam as soberanias populares (FERNANDES; SCHWENDLER, 2015 *apud* ZANOTTO, 2017, p. 69).

Cultivar a terra é também cultivar uma territorialidade, é forjar relações com a natureza e com o povo. Assim, as condições de vida daquele povo vão depender das relações que estão sendo estabelecidas. Como anuncia o grito de ordem “*Alimento sano: pueblo soberano!*”, e a grande agroecóloga Ana Maria Primavesi quando afirma “solo sadio, planta sadia, ser humano sadio”<sup>19</sup>, ambos indicam que há uma relação intrínseca entre terra, território, alimento e povo em sintonia para garantir a saúde integralmente. Somente garantindo alimento sem veneno, mas sob as condições de relações violentas, depredatórias com a natureza, e autoritárias, machistas, racistas e LGBTI+fóbicas com o povo, não é possível construir Soberania Alimentar.

O MST no último período vem afirmando uma síntese pertinente em nosso tempo histórico ao se debruçar sobre a Agroecologia colocando-a para além da produção, mas dimensionando-a como uma nova forma de relação com a natureza, trabalho e entre as pessoas. Conclui que “não se produz alimentos saudáveis com relações doentes”. Assim, precisamos ter um olhar mais “agroecológico”, refletindo profundamente sobre as várias relações que estão produzindo aquele alimento. Se se perpetua relações de dominação, opressão e exploração, devemos superá-las, pois para buscar a emancipação humana, fazer Agroecologia e Soberania Alimentar devemos combater o racismo, machismo e a LGBTI+fobia.

#### **04. POTENCIALIDADES E DESAFIOS DA VIA CAMPESSINA BRASIL SOBRE A FORMAÇÃO EM DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO**

Aqui pretendemos uma abordagem mais provocativa, que possa em algum nível provocar reflexões sobre onde se toca quando trazemos a Diversidade Sexual e de Gênero para os processos de formação política nos movimentos sociais do campo, água e florestas. Importante destacar que as reflexões a seguir devem ser entendidas como uma foto de um momento do contexto que está vivo e em constante movimento.

---

<sup>19</sup> Primavesi traz essa síntese em diferentes obras, a fim de referência podemos citar: PRIMAVESI, Ana Maria. **Pergunte o porquê ao solo e às raízes:** casos que auxiliam na compreensão de ações eficazes na produtividade agrícola. 1. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2021.

Buscamos, a partir da experiência vivida, destacar alguns desafios e algumas potencialidades do processo organizativo e formativo das LGBTI+ no contexto dos movimentos populares que compõem a Via Campesina Brasil.

#### 4.1 Desafios

Seguirmos vivas e em luta. Muitas vezes se aponta como um primeiro desafio para a maioria das LGBTI+ nessa sociedade, permanecer vivas e combatendo todas as formas de opressão. No Brasil, em 2022, uma pessoa LGBTQIA+ foi morta a cada 32 horas segundo o “Dossiê Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil”<sup>20</sup>, coordenado pelas organizações Arte e Política LGBTI+, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); e a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Bissexuais (ABGLT). Foram 273 mortes e 228 assassinatos, sendo que as maiores vítimas foram as mulheres transexuais, travestis e homens gays. Com certeza esses dados ainda não dão conta de alcançar muitos outros casos invisibilizados. Nos três (03) últimos anos, foram assassinados cinco (05)<sup>21</sup> militantes do MST pela LGBTI+fobia, mais do que em conflitos agrários diretamente.

No contexto das organizações do campo, águas e florestas articuladas na Via Campesina, podemos afirmar que nesse tempo histórico estamos num terreno fértil onde precisamos semear a subversão e combater os parasitas desse chão. Desse modo, provocamos indicar alguns desafios da pauta LGBTI+ a partir de debates coletivos e experiências próprias colocando na perspectiva de construir relações humanas emancipatórias de cunho revolucionário:

- ★ Superar todas as formas de violência e relações de dominação, opressão e exploração advindas do capitalismo, racismo e patriarcado;
- ★ Fortalecer a luta contra o agro-hidro-minério-negócio articulando com a luta contra o patriarcado e racismo;
- ★ Fortalecer a construção da Soberania Alimentar e da Agroecologia ao passo que propomos novas relações humanas emancipadas;

---

<sup>20</sup> OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTI NO BRASIL. **Dossiê 2022: Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil**. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>>. Acesso em: 29 jun.2023.

<sup>21</sup> Está em investigação mais um caso de LGBTI+ assassinado, onde estão sendo averiguadas as motivações.

- ★ Nutrir as reflexões que promovam múltiplas formas de conceber o sexo, o gênero e a sexualidade, repensando as masculinidades e as feminilidades, em contraposição a hegemonia, na busca em conformar sujeitos políticos que não se entendam com algum gênero ou orientação sexual porque lhe foram impostos, mais sim por construção e descoberta próprias na relação e com o zelo da coletividade;
- ★ Descolonizar os afetos numa perspectiva revolucionária;
- ★ Estabelecer o cuidado do corpo e mente, promovendo a afetividade e o amor camarada como prática cotidiana;
- ★ Promover ações de incidência direta contra as a LGBTI+fobia nos territórios e de zelo pelas vítimas, a exemplo a Campanha permanente contra LGBTIfobia no Campo, promovida pelo MST<sup>22</sup>;
- ★ Conformar sujeitos políticos que sejam em sua prática cotidiana antirracistas, anticapitalistas e antipatriarcais (antimachistas e antiLGBTI+fóbicos), em todos os continentes até que toda a classe seja plenamente livre.

São desafios complexos e de perspectiva revolucionária. Nesse sentido, devem ser alimentados diariamente, no *fazimento* da nova sociedade. Não é de uma hora para outra que alteramos radicalmente as relações, exige um acúmulo de forças. Aqui estamos propondo um compromisso com um processo de humanização e de busca por emancipação humana.

## 4.2 Potencialidades

Fobia vem do grego Φόβος, *phóbos*, que significa “medo”, e a terminologia LGBTfobia ou LGBTI+fobia usamos para nos referir a lesbofobia, homofobia, bifobia, transfobia que consiste na aversão, repugnância, ódio, preconceito que algumas pessoas, ou grupos nutrem contra as LGBTI+.

Num primeiro momento podemos afirmar que o conjunto de ações organizativas e formativas realizadas nos processos minimamente citados neste trabalho vão ao encontro do

---

<sup>22</sup> Para ver mais: MST. MST lança Campanha Permanente contra a LGBTI+fobia no Campo. In: **MST. Online: MST**, 17 de maio de 2023. Disponível em: <



combate à LGBTI+fobia, em especial nos territórios do campo, água e florestas, e para além destes, para toda a sociedade. Em Louro (2004) citado por Lacerda (2018)<sup>23</sup> refletimos:

[...] os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência (*sic*) sexo/gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação [ou qualquer processo formativo] que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever o contorno daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (LOURO, 2004, p. 27 *apud* LACERDA, 2018, p. 218).

Desta forma visualizamos que na realidade essas dissidências são penalizadas ao mesmo tempo que servem a uma lógica que justifica a opressão, dominação e exploração, usando de variados meios de realizar a manutenção dessa hierarquia, e na manutenção do próprio patriarcado e do heterossexismo.

A promoção desse status de superioridade e a marginalização muitas vezes vem pelo medo, uma emoção humana que imediatamente causa uma reação de fuga, proteção ou enfrentamento, que na atuação de políticas e figuras conservadoras é a melhor ferramenta para manter a ignorância e alienação da população. Então perguntamos...

#### *Quem tem medo das LGBTI+?*

Ser lésbica, bissexual, gay, travesti, transexual, intersexual, pansexual, assexual, não binária e tantas outras formas de promover a descontinuidade na sequência sexo-gênero-sexualidade é ruir tijolos muito antigos na estrutura do patriarcado e do heterossexismo que o capitalismo vem desfrutando como um grande consórcio. Que na história da humanidade sempre existiram cosmovisões muito diversas sobre corpos, gêneros e sexualidades já podemos afirmar buscando por inúmeras existências que a história tentou apagar. Vindo de uma imposição colonialista, cristã, branca, masculina, cisgênera, heterossexual, sem deficiência - e capitalista de conceber o ser humano e dominá-lo.

Há uma crescente, porém não tão recente, onda conservadora e de extrema-direita no mundo que vem atacando e promovendo o terror e a ignorância na sociedade a respeito das LGBTI+, e nesse sentido escancaramos porque devem ter medo de nós:

---

<sup>23</sup> LOURO, Guacira Lopes. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria *queer* com políticas de conhecimento. In. LOPES, Denilson et. al. (org.). **Imagem e diversidade sexual**. São Paulo: Nojosa, 2004. LACERDA, Milena. Enredos sobre Diversidade Sexual e de Gênero na Educação. In. NOGUEIRA, Leonardo et. al. (org.). **Hasteemos a Bandeira Colorida: Diversidade sexual e de gênero no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 211-228.

- ★ A família: “esses pervertidos querem destruir a família!” e sim, queremos destruir a família patriarcal onde a mulher é oprimida, onde a monogamia é pregada, porém só se aplica à mulher, onde também se perpetua a propriedade privada, onde mais de 70%<sup>24</sup> dos casos de pedofilia acontecem em suas casas, que expulsam as filhas e filhos LGBTI+ e a hipocrisia é densa a cortar de faca.
- ★ A divisão sexual do trabalho: “trabalho de homem” e “trabalho de mulher” são questionados, uma vez que não existe justificativa material para essa divisão, assim podem ser exercidos por qualquer pessoa. Romper os modos de produção capitalista que nos explora e subalterniza. E essa fissura abala o capital, estabelece um medo material, econômico na lógica de exploração do homem sobre a mulher, do cisheteronormativo sobre o não-cisheteronormativo.
- ★ O corpo: gritar aos ventos que o corpo tem inúmeras formas de ser e se expressar, que tem direito ao afeto e ao gozo, que é território de luta e insubmisso e que caminha para a libertação do corpo da classe trabalhadora. Numa perspectiva revolucionária, sujeitos políticos de corpos livres exclamam e são potentes para interromper as relações de poder, e isso causa pânico à ordem patriarcal e capitalista estabelecida.
- ★ A religião: contestar as interpretações convenientemente LGBTIfóbicas, machistas e racistas das doutrinas religiosas, em especial as judaico-cristãs, que justificam a opressão com passagens intencionalmente selecionadas, ignorando valores como o amor ao próximo. Construiremos templos sem doutrinas onde o amor será livre a quem estiver disposto a amar.
- ★ A monogamia: exigida apenas às mulheres e flexibilizada para o patriarca, uma falácia falida, onde o estupro dentro do casal é historicamente permissivo, a monogamia contribui através da reprodução na manutenção da propriedade privada como cerne do capital e se estende a propriedade de uma pessoa sobre a outra, uma monocultura afetiva assim como um campo de soja. Queimaremos essas e outras concepções, para que a monogamia ou a não-monogamia sejam construídas como formas de relacionamento conscientes e em comum acordo, onde a fidelidade seja com o afeto entre seres humanos completos.

---

<sup>24</sup> Veja em: VILELA, Pedro Rafael. Mais de 70% de violência sexual contra crianças ocorre dentro de casa. Campanha Nacional de Conscientização é realizada no mês de maio. In: **Agência Brasil**. Online: Agência Brasil, 18 de maio de 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-05/mais-de-70-da-violencia-sexual-contras-criancas-ocorre-dentro-de>>. Acessado em 29 jun. 2023.

Nesse sentido, o medo conservador cisheterossexual pode ser traduzido como um resultado ou resposta ao avanço dos temas de gênero e sexualidade que instruem um leque de contribuições na formação dos sujeitos para além e isso os estremece. Buscamos a emancipação de todas as dimensões humanas e só vamos conquistá-las na coletividade, em relação, reflexão e ação concreta.

Se estas ideias causaram alguma sensação, seja medo, angústia, indignação, euforia, certezas ou incertezas em algum grau, o objetivo dessa provocação foi cumprido, pois movimentar as ideias é pedagógico, então nos coloquemos em constante movimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Via Campesina e o Coletivo LGBTI+ em sua estrutura, tem pela frente muitos desafios. Aqui buscamos destacar alguns deles, pois a cada ação na luta de classes, o cenário se atualiza. Não está tudo resolvido e entendido pelo conjunto dos movimentos, há vários limites e desafios. E no âmbito da articulação internacional destes movimentos, o caminho se faz talvez longo, contudo, não arredamos o pé de onde chegamos, há muito o que ocupar.

É fundamental reconhecer que o corpo como nossa materialidade é nosso território, e nossos territórios fazem parte desses corpos que são diversos, coloridos, com existências particulares e coletivas que devem ser defendidos. Por isso afirmamos que somente teremos territórios verdadeiramente livres com corpos verdadeiramente livres.

Reafirmar que não alcançaremos a Agroecologia e a Soberania Alimentar para os povos sem pautar a construção de novas relações humanas assim como com a natureza. Relações saudáveis que produzem alimentos saudáveis. Combater o racismo, o machismo e a LGBTI+fobia desde nossos agroecossistemas e em toda a sociedade.

A luta contra todas as formas de violência deve ser concreta, abarcando tanto a dimensão ideológica como sua dimensão material. A construção de uma afetividade e a relação entre nós que deve ser e estar numa perspectiva revolucionária, rompendo as cercas que nos privam de ser, viver e amar. Como indica Mariano e Paz (2021)

Um amor libertário – que não é atravessado pelas relações de propriedade, de posse; um amor igualitário – que nos compreende como iguais em toda nossa diversidade de ser; um amor arco-íris – gay, lésbico, bissexual, heterossexual, ou contemplado em formas de existência que não cabem em denominações, mas vivido em toda sua explosão revolucionária; um amor camarada/solidário – que se realiza como prática cotidiana de construção da Revolução. (MARIANO; PAZ, 2021, p. 141).

A pauta é estruturante pois a existência das sujeitas e sujeitos é igualmente estruturante e não um acessório na luta camponesa e de classe. Nesta via, talvez tenhamos a potencialidade de protagonizar a expansão da pauta Diversidade Sexual e de Gênero a territórios historicamente negados, construindo outra territorialidade e relações emancipadas entre natureza e seres humanos, reafirmando em ações e palavras que: Sem LGBTI+ não há revolução!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Ândrea Francine. **Movimento camponês e consciência de classe: a práxis organizativa da Via Campesina Internacional na América Latina**. Rio de Janeiro, 2019.

BEZERRA, Islandia. Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. In: DIAS, Alexandre; et al (org). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. 1. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2021. p. 713-720.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena; et al. (org.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 173-178.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de Territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs). **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. 1ª. ed. SP: Expressão Popular, 2009. Disponível em: <<http://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/TIPOLOGIA%20DE%20TERRITORIOS/LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf#page=197>>. Acessado em: 21 de jun. 2023

LACERDA, Milena. Enredos sobre Diversidade Sexual e de Gênero na Educação. In. NOGUEIRA, Leonardo et. al. (org.). **Hasteemos a Bandeira Colorida: Diversidade sexual e de gênero no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 211-228.

LA VÍA CAMPESINA. El Seminario Internacional de la Vía Campesina: debate sobre la diversidad sexual y de género. In: **La Vía Campesina. Movimiento Campesino Internacional**. *Online*: La Vía Campesina. Movimiento Campesino Internacional, 17 de dezembro de 2021. Disponível em <<https://viacampesina.org/es/el-seminario-internacional-de-la-via-campesina-debate-sobre-la-diversidad-sexual-y-de-genero/>>. Acessado 29 jun. 2023

LOURO, Guacira Lopes. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria *queer* com políticas de conhecimento. In. LOPES, Denilson et. al. (org.). **Imagem e diversidade sexual**. São Paulo: Nojosa, 2004.

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTI NO BRASIL. **Dossiê 2022: Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil**. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>>. Acesso em: 29 jun.2023.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton.; BECKER, Bertha (orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia de Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

VIA CAMPESINA INTERNACIONAL (VCI). **Declaración Final del Foro Mundial sobre Soberanía Alimentaria**. Cuba, 2001. Disponível em: <[http://www.movimientos.org/cloc/show\\_text.php3?key=1178](http://www.movimientos.org/cloc/show_text.php3?key=1178)>. Acesso em: 28 jun. 2023

VIA CAMPESINA-BRASIL. **Diversidade Sexual e de gênero na Via Campesina: Rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo**. 1. ed. Brasília: Via Campesina Brasil, 2020. Disponível em: <[https://www.cptnacional.org.br/attachments/article/5462/PDF\\_CARTILHA\\_LGBTI\\_VIA\\_CAMPESINA.pdf](https://www.cptnacional.org.br/attachments/article/5462/PDF_CARTILHA_LGBTI_VIA_CAMPESINA.pdf)>. Acessado em 25 de jun. 2023.

ZANOTTO, Rita. **Soberania Alimentar como construção contra-hegemônica da Via Campesina: Experiências no Brasil e na Bolívia**. Dissertação de Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). SP: UNESP, 2017. Disponível em: <[https://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/dissertacao\\_zanotto\\_2017.pdf](https://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/dissertacao_zanotto_2017.pdf)>. Acesso em 28 jun. 2023.